



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAARA
AVISO DE LICITAÇÃO**

LEILÃO PÚBLICO N.º 01/2020- Processo 816/2020- Objeto: Alienação de bens patrimoniais inservíveis de propriedade do Município de Itaara. Data de Abertura: 16/07/2020 e 17/07/2020; Horário: 9h; Local: Secretaria de Infraestrutura e Serviços e Escola Santos Dumont. O Edital completo poderá ser retirado na Secretaria de Planejamento e Gestão, sito na Av. Guilherme Kurtz, 1065, no horário das 9h às 12h, no site www.itaara.rs.gov.br. Maiores informações, fone/fax: (55) 3227-1111. E-mail: compras@itaara.rs.gov.br. Itaara, 30 de junho de 2020. Cléo Vieira do Carmo, Prefeito Municipal.



QUEVEDOS ENERGÉTICA S.A. - CNPJ : 08.140.348/0001-96		
RELATÓRIO DA DIRETORIA: Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias vigentes, apresentamos e submetemos a apreciação de V.S.ª o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, e Notas Explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparativamente com o encerrado em 31 de dezembro de 2018. Permanecemos ao inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos adicionais. Expressamos nossos agradecimentos a todos aqueles que têm participado ativamente do crescimento e desenvolvimento da empresa.		
Balanço Patrimonial em 31/12/2019 e 31/12/2018 Expresso em R\$		
Nome	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO	204.229.177,84	30.908.530,93
ATIVO CIRCULANTE	77.713.223,64	734.762,79
DISPONIBILIDADES	2.978,89	2.978,89
DIREITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
CONTAS A RECEBER	74.734,75	731,78
ATIVO NÃO CIRCULANTE	126.512.954,20	30.173.768,14
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.348.992,48	1.809.717,31
IMOBILIZADO	124.257.310,32	28.241.941,71
INTANGÍVEL	906.672,51	119.130,23
PASSIVO	204.229.177,84	30.908.530,93
PASSIVO CIRCULANTE	3.180.583,92	3.189.412,77
FORNECEDORES	2.813.846,92	2.958.335,59
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	37.314,07	29.779,61
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	329.422,93	201.297,57
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	175.306.477,62	15.468.268,53
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	175.306.477,62	15.468.268,53
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25.742.116,30	12.250.849,63
CAPITAL	380.000,00	380.000,00
RESERVAS DE CAPITAL	26.061.997,72	14.336.660,75
RESERVAS DE ÁGIO NA EMISSÃO DE AÇÕES	3.199.663,03	0,00
PREJUÍZOS ACUMULADOS	(3.899.544,45)	(2.465.811,12)
Demonstração do Resultado em 31/12/2019 e 31/12/2018 Expresso em R\$		
Nome	31/12/2019	31/12/2018
RECEITAS	18.301,13	17.204,77
RECEITAS OPERACIONAIS	18.301,13	17.204,77
RECEITAS FINANCEIRAS	18.301,13	6.304,77
OUTRAS RECEITAS	0,00	10.900,00
CUSTOS E DESPESAS	1.452.034,46	358.756,50
DESPESAS	1.451.854,68	358.756,50
DESPESAS OPERACIONAIS	1.249.046,08	345.872,74
DESPESAS OPERACIONAIS FINANCEIRAS	17.813,77	4.417,50
DESPESAS OPERACIONAIS TRIBUTÁRIAS	185.194,83	6.505,57
CONTAS DE FECHAMENTO DE BALANÇO	179,78	2.960,69
PROVISÕES/IMPOSTOS/SILUCRO	179,78	2.960,69
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(1.433.733,33)	(342.551,73)
DMLP - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2019 e 31/12/2018 - Expresso em R\$		
Nome	31/12/2019	31/12/2018
SALDO NO INÍCIO DO PERÍODO	12.250.849,63	4.563.401,30
CAPITAL SOCIAL	380.000,00	380.000,00
Capital Social Integralizado	380.000,00	380.000,00
RESERVAS DE CAPITAL	11.725.336,97	8.030.000,06
REVERSÕES DE RESERVAS	11.725.336,97	8.030.000,06
AFAC - Adiant. p/ Futuro Aumento de Cap.	11.725.336,97	8.030.000,06
RESERVAS DE ÁGIO NA EMISSÃO DE AÇÕES	3.199.663,03	0,00
Ágio na Emissão de Ações	3.199.663,03	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(1.433.733,33)	(342.551,73)
Resultado Líquido do Exercício	(1.433.733,33)	(342.551,73)
PROPOSTA DA ADM P/ DEST. DO LUCRO	(1.433.733,33)	(342.551,73)
TRANSFERÊNCIAS PARA RESERVAS	(1.433.733,33)	(342.551,73)
Reserva de Lucros (Prejuízos)	(1.433.733,33)	(342.551,73)
RESERVAS DE LUCROS (PREJUÍZOS)	3.899.544,46	(2.464.754,64)
Saldo Inicial de Reservas de Prejuízos	2.464.754,64	(2.122.202,91)
Saldo Final de Reservas de Prejuízos	3.899.544,46	(2.464.754,64)
SALDO NO FINAL DO PERÍODO	25.742.116,30	12.250.849,63
DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa de 31/12/2019 e 31/12/2018 Expresso em R\$		
Nome	31/12/2019	31/12/2018
FLUXOS DE CAIXA ORIGINÁRIOS DE ATIV. OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Exercício	(1.433.733,33)	(342.551,73)
Depreciação e Amortização	10.779,96	3.593,32
(Aumento) Redução Em Impostos a Compensar	0,00	(734,90)
Aumento (Redução) Em Fornecedores	(144.488,67)	2.958.335,59
Aumento (Redução) Em Obrigações Tributárias	128.125,36	201.290,16
(Aumento) Redução Em Adiant. (forn./clientes/Colaboradores)	0,00	720,10
Aumento (Redução) Em Obrigações Trabalhistas	7.534,46	23.399,67
(Aumento) Redução Depósitos Judiciais	(177.884,46)	603.382,39
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Disponibilidades Líquidas Geradas Nas Atividades Operacionais	(1.609.666,68)	3.447.434,60
FLUXOS DE CAIXA ORIGINÁRIOS DE ATIVIDADES DE INVEST.		
Aquisição de ativo imobilizado	(96.026.148,57)	(24.369.031,77)
Adições de intangível	(787.542,28)	(119.130,23)
(-) Aplicações Financeiras	0,00	0,00
AFAC - Adto p/ Futuro Aumento de Capital	11.725.336,97	8.030.000,06
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Disponibilidades Líquidas Geradas Atividades Investimentos	(85.088.353,88)	(16.458.161,94)
FLUXOS DE CAIXA ORIGINÁRIOS DE ATIVIDADES DE FINANC.		
Integralização ou Aumento de Capital Social	0,00	0,00
Ágio na Emissão de Ações	3.199.663,03	0,00
Varição de Empréstimos	144.771.209,09	15.158.093,53
(-) Empréstimos Concedidos em Partes relacionadas	15.705.609,29	(1.423.925,00)
Disponibilidades Líquidas Geradas Atividades Financeiras	163.676.481,41	13.734.168,53
Financiamentos	163.676.481,41	13.734.168,53
Aumento (Redução) Nas Disponibilidades	76.978.460,85	723.441,19
Disponibilidades no Início do Período	77.713.223,64	734.762,79
Disponibilidades no Final do Período	254.691.146,33	1.252.966,47
Variação das Disponibilidades	176.977.922,69	518.203,68
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)		
1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os dispositivos constantes da Lei 6.404/76, Pronunciamentos Técnicos PME, legislação tributária e resoluções expedidas pelo órgão regulador (Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL), consoante as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2. 2. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - A companhia observa o regime de competência para o registro de suas transações, combinado ainda com as seguintes práticas contábeis: a) Apresentação das contas: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis em prazos inferiores a 365 dias, estão classificados como circulantes; b) Ativo Imobilizado: os valores estão apropriados ao custo de aquisição e estão representados por Imobilizados em curso, ainda não depreciáveis. A companhia está em fase de implantação de sua estrutura operacional, portanto, todos os recursos investidos são aportados na conta de Ativos. c) Obrigações sociais e trabalhistas: tais obrigações conhecidas e/ou passíveis de apuração estão sendo contabilizadas de acordo com a sua competência. 3. PATRIMÔNIO LÍQUIDO 3.1 CAPITAL SOCIAL: O capital social é representado por 20.225 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 380.000,00. 3.2 RESERVAS DE CAPITAL: A reserva de capital refere-se ao ágio na subscrição de ações e adiantamentos efetuados pelos acionistas para futuro aumento de capital. 4. ERRATA: Os presentes demonstrativos foram publicados em edição de 19 de maio de 2020 no Diário Oficial do Rio Grande do Sul e no Diário de Santa Maria, e substituído pelo presente (Republished), em função da necessidade de correção de erros que constaram das publicações anteriores. Quevedos - Rio Grande do Sul 30/06/2020		
Edson Luiz Diegoli - CPF: 416.549.279-53 - Diretor Administrativo Juliano Anacleto da Silva - CPF 628.949.519-49/ Contador - CRC: 017900/O-2		

Marcelo Martins



marcelo.martins@diariosm.com.br



Legislativo pode ter dado freio à safra das denúncias

GABRIEL HAESBAERT

Sempre que um prefeito se aproxima do fim do mandato e, por consequência, do período eleitoral, denúncias contra o mandatário do momento surgem. A constatação, lúcida e bem resumida, foi dada à coluna pelo advogado e presidente da subseção local da OAB, Péricles Lamartine da Costa. Jorge Pozzobom (PSDB) foi, apenas, o mais recente deles.

Mas, no passado, os prefeitos Valdeci (PT), Schirmer (MDB) e Farret (ex-PP) foram alvo de tentativas de “colar” neles denúncias improcedentes. Talvez o maior “contemplado” disso tudo tenha sido Valdeci, que comandou o município de 2001 a 2008. Durante o primeiro mandato, justamente por ter minoria na Casa, o petista foi alvo de tentativas, sem êxito, de tirá-lo do governo.

Ao sepultar uma denúncia infundada, a Câmara mostrou grandeza e maturidade. E não se trata apenas deste caso espe-



cífico do Pozzobom, mas, sim, de o Legislativo acender uma luz de alerta. Não se pode permitir que, a cada ano quando se avizinha uma eleição, denúncias infundadas sejam ventiladas. Isso não é blindar o mandatário. O papel do Legislativo é justamente este: estar vigilante aos atos do Executivo. Porém, não se pode banalizar um instrumento – seja uma comissão processante ou uma

CPI – com fins nada nobres. Ainda mais quando Santa Maria está, a exemplo do Rio Grande do Sul e do país, na batalha de enfrentamento a um inimigo que tem deixado um rastro de vidas ceifadas e uma economia em frangalhos. Como bem sinalizaram os vereadores, em uma lucidez raramente vista, o futuro político da cidade e, claro, de Pozzobom, deve ser decidido nas urnas.

Aliás...

Não se pode execrar nem menosprezar o trabalho da comissão processante. O vereador e relator da comissão, Francisco Harrison (MDB), justificou que se assessorou de amparo técnico para sustentar o embasamento, que pedia continuidade do tema dentro da Casa. Ao votar, o médico, que é pré-candidato ao lado de Sérgio Cechin (Progressistas), reforçou que o relatório não apontou nenhum juízo de valor ao prefeito. Harrison que, até há pouco, esteve no governo, sabe que o tucano sempre foi um legalista.

O reparo, mais que justo, a dois quadros técnicos

Ainda no fim do mês de maio, começou a pipocar o que seria uma grave denúncia contra o prefeito Pozzobom. Haveria, em curso, uma suposta interferência do político na condução da Guarda Municipal.

Teria o tucano colocado algum apadrinhado partidário ou amigo no comando de um órgão técnico? A mesma denúncia trazia, ainda, um possível prejuízo ao erário da ordem de quase R\$ 250 mil. O que teria contabilizado esse valor: compras sem licitação? Liberação de hora-extra sem critério ou, até mesmo, sem o efetivo trabalho feito? Nem um, nem outro. Pozzobom nomeou dois nomes técnicos da área da segurança para atuarem junto à

guarda: Sandro Nunes e Edson Luiz Weise. E o valor, acima referido, foi para o pagamento em salários de dois quadros técnicos e qualificados, nesses três anos e seis meses de atuação.

ESCOLHA ACERTADA

Nunes e Weise, que não são partidários, ocupam CCs (cargos em comissão) e foram alçados ao protagonismo da GM. Nunes é superintendente da guarda, e Weise, assessor de capacitação da GM e tem como função principal operacionalizar os cursos e treinamentos dentro da guarda. Pozzobom os escolheu pela reconhecida e elevada capacidade técnica e operacional de ambos.

A dupla, com histórico de serviços prestados junto à Brigada Militar, atuou na inteligência da mais longeva instituição gaúcha. Além disso, os nomes deles vieram após serem referendados pelo colegiado das forças de segurança pública da cidade. Falar que a Guarda Municipal virou cabide de empregos e que o quadro não é técnico e qualificado, é, no mínimo, agir de má-fé. Não se pode desqualificar, seja pelo motivo que for, esses dois nomes que atuaram diretamente na formatação do termo de referência que criou o QG da segurança pública de Santa Maria, o Centro Integrado de Operações e Emergência (Ciospe), que já está em atuação.

Sobrecarga no sistema da Caixa Econômica Federal

Funcionários do município ligaram, ontem, para o jornal preocupados com a demora no depósito da folha na conta dos servidores. Houve uma sobrecarga no sistema de pagamento da própria Caixa em decorrência do pagamento do

auxílio emergencial, do saque do FGTS e, ainda, dos pagamentos do IR. Os depósitos foram normalizados ainda no fim da tarde de ontem. O mesmo ocorreu em Rio Grande, Pelotas, Uruguaiana.